

Nota: No decurso da discussão o GP
proponente manifestou a
intenção de retirar a audição da
SEAF.

**Exmo. Sr. Presidente da Comissão da
Comissão de Orçamento e Finanças**

Assunto: Requerimento para Audição, com carácter de urgência, do Exmo. Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Dr. Joaquim Miranda Sarmento e da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Dra. Cláudia Reis Duarte.

Exmo. Sr. Presidente,

De acordo com o Programa do XXVI Governo Constitucional¹, para a XVI Legislatura, um dos seus principais enfoques, prende-se com as fragilidades do mercado de trabalho, ressaltando que, *“Os rendimentos do trabalho líquidos não chegam a 60% da média europeia, e o salário mínimo está cada vez mais próximo do salário médio”*. Considera-se ainda de forma explícita que *“... os níveis de rendimentos baixos perpetuam uma muito elevada pobreza na população empregada (12,2%)”*.

Face ao exposto, e de acordo com o que é bem visível e sentido no tecido empresarial português, e principalmente, o que é vivido pela população portuguesa, *“o nível dos salários em Portugal, e em especial dos salários líquidos de impostos e contribuições, constituiu um penalizador desincentivo ao trabalho e ao esforço, mérito e inovação”*.

Face às notícias vindas a público através do Jornal On-Line Público² no dia 12 de abril do corrente ano, a *“Descida de 1500 milhões no IRS afinal só traz alívio adicional de 200 milhões”*. As medidas globais fiscais anunciadas pelo primeiro-ministro Dr. Luís Montenegro, nada mais são do que, o compêndio das medidas já anunciadas pelo anterior primeiro-ministro Dr. António Costa, apenas acrescidas do alívio adicional de 200 milhões de euros.

¹ - https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/Detalle-Programa-Governo.aspx?BID=113322&ACT_TP=PRG

² - <https://www.publico.pt/2024/04/12/economia/noticia/nova-reducao-irs-so-rondara-200-milhoes-admite-governo-2086905>

O próprio Ministro de Estado e das Finanças, Dr. Joaquim Miranda Sarmiento, reiterou esta informação e corroborou-a em primeira mão, através de entrevista dada ao Jornal On-Line Observador³, onde refere que “...a redução do IRS proposta pela AD se aplica a rendimentos de 2024 e vai refletir-se já na retenção na fonte”. Reafirma que “... não vão somar-se aos cerca de 1.300 milhões de euros de redução do IRS inscritos no Orçamento do Estado para 2024 (OE2024) e já em vigor”.

De acordo com o Programa do XXVI Governo Constitucional, prevê-se a redução do IRS para os contribuintes até ao 8.º escalão de rendimento coletável (ou seja, o rendimento bruto subtraído de 4.104 euros ou do total dos descontos para a Segurança Social se superiores) através da redução de taxas marginais entre 0,5 e 3 pontos percentuais face a 2023.

Convém, no entanto, ressaltar, que o IRS vai ser reduzido até ao 8.º escalão e aplica-se a rendimentos de 2024.

Face a estas informações veiculadas pela Comunicação Social, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, sente-se na obrigação parlamentar de questionar os Membros do Governo em exercício, sobre que descida efetiva de IRS o Governo se propõe de facto a fazer, e qual o verdadeiro impacto que terá sobre as famílias portuguesas.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a Audição, com carácter de urgência, do Exmo. Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Dr. Joaquim Miranda Sarmiento e da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Dra. Cláudia Reis Duarte.

Palácio de São Bento, 17 de abril de 2024

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Rui Afonso

³ - <https://observador.pt/2024/04/12/miranda-sarmiento-reducao-do-irs-que-governo-vai-aprovar-ronda-os-200-milhoes-de-euros/>